

Estudo de caso sobre a trajetória rural feminina no Rio Grande do Sul

Noelle Viegas Foletto

RESUMO: A inserção feminina no meio rural ainda enfrenta uma lenta quebra de paradigmas, pois mesmo que muitas mulheres alcancem a liderança, ainda existem muitos espaços a serem preenchidos pela sua presença. A trajetória feminina no meio rural gaúcho é um tema que se destaca pela atualidade, uma vez que a agricultura ganha força no cenário econômico nacional, e as mulheres ganham destaque nas funções que desempenham. O objetivo deste trabalho é evidenciar, através de um estudo de caso, o que as mulheres vem fazendo para se destacar em um meio tradicionalmente masculino que é o agronegócio e o que ainda pode ser buscado,

Palavras-chave: gestora; agronegócio;

Case study: Female rural trajectory in Rio Grande do Sul

ABSTRACT: The inclusion of women in rural areas still face a slow shift in paradigm, because even though many women reach leadership, there are still many spaces to be filled by her presence, and the field is one of them. The trajectory of women in the “gaúcho” field is a theme that stands for today, since agriculture is gaining strength in the the national economic landscape, and women gain prominence in the functions they perform. The objective is to show what women have been doing to stand out in a way that is traditionally male: the agribusiness, and what can still be done, as well as presenting a case study of a rural property that is manager by a very successful woman.

Key-words: woman manager; agrobusiness;

1 Introdução

Persistência, disposição e criatividade são adjetivos que isolados podem significar pouca coisa, mas que juntos definem a trajetória feminina no meio rural. Atuando na comunidade, trabalhando em empresas rurais ou sindicatos e associações, ou ainda no comando de propriedades, as mulheres são exemplos da coragem feminina no campo brasileiro, com uma contribuição cada vez mais decisiva para o desenvolvimento do agronegócio do país.

A vocação agropecuária do Brasil é inegável. Com as projeções mundiais de aumento da população e conseqüente necessidade de alimentos, o Brasil é o celeiro que vai abastecer a crescente demanda. O país apresenta capacidade de acréscimo da produção agropecuária maior que os acréscimos de área, demonstrando um forte crescimento da produtividade total. Dados do Instituto MAPA (2012) demonstram que

entre 2012 e 2022 a produção de grãos (arroz, feijão, soja, milho e trigo) deve aumentar em 21,1%, enquanto a área deverá expandir-se em 9,0%, demonstrando um crescimento baseado em produtividade.

A presença feminina no campo demonstra sua força, se fazendo presente em algumas situações em maior número que os homens. Embora as mulheres rurais, estejam em maior número e dediquem mais tempo ao trabalho que os homens, ainda recebem remuneração inferior a eles. De acordo com estudos realizados por Somavia (2012), aproximadamente 43% da mão de obra agrícola nos países em desenvolvimento e em torno de 70% da força de trabalho em algumas economias cuja base se fundamenta na agricultura pertencem às mulheres. O autor ainda destaca que as mulheres assumem desproporcionalmente o cuidado pelas crianças e idosos, muitas vezes sem remuneração e em jornada além da profissional, sendo peças fundamentais no desenvolvimento rural.

As habilidades femininas nas relações humanas são valorizadas em qualquer profissão, em todos os tempos. No meio rural o trabalho feminino sofre um acúmulo invisível de tarefas domésticas, além de trato de pequenos animais e hortifrutigranjeiros, mas a mulher também se destaca quando a alta tecnologia começa a substituir a força bruta do homem no campo, e a mulher dedica-se a aprender e absorve mais rapidamente o novo contingente de informações. Habilidade de adaptar-se aos novos tempos, sensibilidade na tomada de decisões e vontade de aprender posicionam a mulher frente ao homem na gestão da produção e rendimentos agrícolas.

Desta forma, torna-se imperioso destacar a trajetória da presença feminina no campo, sua busca por equilíbrio e respeito, bem como a história de uma mulher que represente a coragem necessária para, ao longo dos tempos, desenvolverem o meio rural com seu trabalho e sua dedicação, especialmente no Rio Grande do Sul, estado de aptidão agropecuária ímpar.

Este trabalho busca definir o que impulsiona a trajetória de mulheres atuantes na gestão rural, bem como quais fronteiras que ainda precisam ser ampliadas para que as mulheres no campo ocupem posições de destaque tais quais os homens que, mantendo uma tradição cultural, ainda as subjugam. A importância do tema para a autora justifica-se na formação e perfil da mesma, que busca embasamento para sua própria conduta junto ao meio rural.

Portanto, esse trabalho traz como objetivo investigar a trajetória de mulheres no contexto rural do Rio Grande do Sul, com ênfase em gestoras de propriedades rurais, e identificar quais os diferenciais de uma gestão feminina no campo, sob qual aspecto a

gestão rural feminina se diferencia da gestão rural masculina. Os objetivos específicos caracterizam-se em investigar quais decisões contribuíram, historicamente, para trazer as mulheres ao atual arranjo em que se encontram no meio rural; analisar, em estudos bibliográficos e em estudo de caso, quais as características das mulheres gestoras no campo; e por fim, identificar as passagens que garantiram o posicionamento favorável, quais as dificuldades e as oportunidades para as mulheres que decidem atuar no meio rural.

No primeiro capítulo são desenvolvidos introdução, justificativa, objetivo geral e objetivos específicos que norteiam este trabalho e que correspondem à importância do projeto de pesquisa. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, onde autores que já percorreram o tema sobre mulher e o trabalho rural é comparado. O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. O quarto capítulo apresenta as conclusões da autora acerca das confirmações dos objetivos do trabalho e o quinto capítulo descreve o roteiro das referências bibliográficas dos autores neste estudo.

2 Fundamentação Teórica

2.1 SER MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA

Os primórdios da história da humanidade dão à mulher diversos nomes, e a ela são creditados os acontecimentos mais importantes da humanidade. Seja em sentido judaico-cristão, quando Eva tentada pela serpente come a maçã, seja em sentido mitológico, quando Pandora abre a caixa e libera os males que irão afligir a humanidade, foi sempre a mulher que escolheu e agiu. Embora em ambas as histórias a mulher tenha sido criada a partir ou após o homem, foram suas decisões que determinaram a condição humana e isso demonstra a força determinante que esse ser traz em sua essência.

Na mitologia, seja esta grega, romana ou nórdica, a relação com os fenômenos da natureza, cujas forças regiam os deuses, e a vida particular e pública dos humanos era vinculada à sua benevolência. Sua semelhança com os humanos advém do fato que, diferentes dos deuses das religiões monoteístas, os deuses mitológicos não são

exclusivamente bons ou maus, igualmente os humanos, eles podem ser bons ou maus, dependendo do assunto invocado, KOROVAEFF (2012). Na mitologia grega, a deusa da agricultura é representada por Deméter, deusa da fertilidade e do crescimento, especialmente da agricultura e dos cereais, e dada a importância que tinha a agricultura para os homens daqueles tempos, a veneração à Deméter era compreensível, KOROVAEFF (2012).

Deméter é comparada a outras deusas, em diferentes culturas. “É comparada com Réia ou Gaia, e também com Ísis, a deusa egípcia do nascimento e da fertilidade”, KOROVAEFF (2012), p. 21. Na mitologia romana, a deusa da agricultura ganha o nome de Ceres, e na mitologia germânica, que advém da escandinava, a deusa da agricultura é chamada de Fulla, enquanto a deusa da terra pode ser conhecida como Nerthus, segundo KOROVAEFF (2012).

Na cultura negra, é a mulher que possui a liderança religiosa no candomblé, diferente da cultura judaico-cristã, a mulher não é desprovida de poder, mas se enxerga nelas o poder sobre as forças da natureza, a capacidade de controlar a vida, que é um poder temido pelos homens, que podem até controlá-las, mas a força feminina ao longo da história assegurou continuidade e melhores condições de vida a seus descendentes, (CARNEIRO apud CARREIRA et al, 2001).

Na sociedade brasileira, a presença feminina pode ser vista de diferentes formas. O maior contingente feminino, desde os primórdios, encontra-se alocado no lar, função que não exige especialização ou conhecimento técnico e parecer ser ‘facilmente’ desempenhada. Ao contrário do que a mídia evidencia, no período entre os séculos XIX e XX no Brasil colonial existiam muitas mulheres chefiando domicílios, como apontam muitos estudos realizados por Samara (2006).

Não se limitando a contextos e espaços específicos, a autora destaca estudos que demonstram que na América Latina de um modo geral, as mulheres desempenhavam papéis preponderantes. Quer fosse por migração masculina, morte ou separação, os homens não existindo no contexto ou existindo em menor número, as mulheres chefiavam casas, conduziam a produção agrícola, desempenhavam comércio e negócios.

“Na ausência de elementos masculinos, as mulheres também assumiam funções que normalmente lhes eram vedadas, encarregando-se para além da educação, dotação e casamento dos filhos, dos negócios da família, gerindo-os por vezes, com maestria e agressividade”, Samara (2006, p. 46).

Sabe-se que a busca do ‘empoderamento’ (do inglês, *empowerment*) feminino não é recente, nem está longe de terminar. No ano 2000, a ONU reuniu líderes mundiais

e criou os oito objetivos do milênio (ODM), que visam “reduzir pela metade a pobreza mundial e a fome, diminuir a mortalidade materna e infantil, lutar contra as doenças, melhorar o saneamento básico, oferecer educação para todos e ampliar as oportunidades para as meninas e mulheres”, ONU (2013). Isso traz a certeza de que oportunizar condições de equidade e respeito para as mulheres é objetivo no mundo todo, e contribuirá para um mundo mais justo e humano. Oportunizar melhores condições para as mulheres no campo é apenas uma consequência, um resultado de todas as lutas e buscas femininas por igualdade.

2.2. A MÃO FEMININA NO CAMPO

O meio rural enfrenta muito mais crises produtivas do que a mera adequação à um novo código florestal. Com as oportunidades que o meio urbano oferece, permanecer no campo não é mais atrativo. Embora a remuneração no campo pareça maior, o desgaste físico e psicológico também é mais intenso, uma vez que se trabalha ao ar livre, na maioria das vezes. Ao mesmo tempo em que o país possui significativo potencial territorial produtivo, “a agricultura brasileira sofre uma crise demográfica cuja intensidade aproxima da realidade de países desenvolvidos”, explica Ilha Neto (2001, p. 8).

O Brasil possui população urbana de mais de 80%, onde a região sul aproxima-se da média nacional de urbanização, com os mesmos 80%. Para tornar o problema ainda mais crítico, a população rural do país não é bem distribuída, o Rio Grande do Sul conta com 5,4 milhões. “Os dados mostram uma realidade contraditórias cujos extremos são de um lado, a possibilidade de extensão territorial e de geração de renda, e de outro, a contradição de classe e o intenso declínio populacional”, (NETO, 2001, p. 9).

O êxodo rural aparece em todas as épocas, caracterizado pela busca por melhores condições de vida na cidade, que tornam o trabalho no campo uma concentração de desconfortos e falta de oportunidades.

A migração intensa obriga a um processo de reorganização interna do processo de trabalho para compatibilizá-lo com a nova realidade familiar. O próprio significado de matrimônio se transforma no mundo agrário, as famílias rurais abandonam o clássico modelo camponês de organização familiar onde a necessidade de mais braços na lavoura tornava imperativa a reprodução biológica e passam a assumir novas funções sociais que privilegiam a realização individual em detrimento das necessidades do grupo (Ilha Neto, 2001, p. 22 e 23).

Os trabalhos em extensão rural do professor Francisco Severo Ilha Neto (2001) sugerem que apesar de bem delimitadas algumas funções sociais no campo, estas são consequência de uma falta de modelo a ser seguido, e que estas funções tomaram forma conforme a necessidade produtiva surgia.

É inegável o aumento da presença feminina no mercado de trabalho, conseqüentemente também no trabalho rural. Mas as remunerações nem sempre são condizentes com o trabalho realizado, existindo ainda forte discriminação com as mulheres.

Tal qual acontece no meio urbano, no mundo rural os salários são diferentes entre homens e mulheres, mesmo para executar as mesmas tarefas. (...) As informações disponíveis indicam que a desigualdade entre homens e mulheres (econômica e no acesso aos direitos civis) na atividade agrícola é maior que nos outros setores da economia, (Neto, 2001, p. 40)

O que Neto (2001) evidencia é que essa realidade vem trazendo a tona duas situações: as mulheres realizam o trabalho braçal tais quais os homens e o trabalho doméstico, bem como cuidado com idosos e crianças, e que muitos dados talvez inexistam para classificar a situação da mulher no campo.

O autor finaliza evidenciando a necessidade de crescimento do papel da sindicalização para a população rural, que viria a conscientizar a população de trabalhadores rurais “para a ação organizada diante do Estado ou de outras classes sociais. Mesmo assim a participação sindical ainda reflete a formação patriarcal da sociedade brasileira, pois apenas 5% dos sindicalizados rurais são mulheres” (ILHA NETO, 2001, p. 67), deixando claro o quanto a representação de classe masculina é forte, e pode trazer a tona também que este é um dos motivos pelos quais as mulheres possuam tão pouca força política no meio rural, e não possuem sequer representatividade produtiva.

Paulilo (1987) torna evidente que as diferenças entre o trabalho masculino e feminino podem ser muito claras para quem estuda e quando se pensa que biologicamente são seres diferentes. Mas no campo, essa cisão é muito mais profunda e dolorida. Para o trabalho no campo, a exigência da força física sobrepõe-se a habilidade, tornando o trabalho masculino “pesado” e classificando o trabalho feminino como “leve”, mesmo que as mulheres trabalhem a mesma quantidade de horas que os homens e suas tarefas sejam tão desgastantes quanto.

A autora, em trabalhos de pesquisa e extensão, analisa que o determinante para as diferenças marcantes de trabalho residem na remuneração e os rótulos empregados

nos diversos trabalhos são relativos ao gênero, e não à força física empregada no mesmo:

“uma vez que não faz serviço pesado - como levantar cerca ou cuidar do gado - recebe 75% da diária masculina. Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são “leves” por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe” (Paulilo, 1987, p. 3).

A autora avalia condições de trabalho em diferentes estados, como SC e PB, e em diferentes situações rurais (cana ou gado, por exemplo) e conclui que o que determina a remuneração é o sexo do trabalhador, e não seu esforço laboral; porém é correto afirmar que o trabalho feminino é mais barato, mesmo quando os postos ocupados não são rurais, são urbanos e o cargo é o mesmo, o trabalho feminino fica abaixo do masculino em remuneração. De toda a situação, fica evidente que mesmo que a mulher trabalhe tanto quanto o homem, seu trabalho não é valorizado corretamente.

Paulilo (1987) argumenta, assim como Neto (2001), que a carência sobre estudos acerca da mulher no campo é a evidência do descaso sobre a questão. Dias (2006), traz que a documentação pública, que inclui discursos de viajantes e cronistas dos séculos XVIII e XIX, revela ausência feminina nos relatos.

Paulilo (1987) traz a descrição das tarefas realizadas por homens e mulheres em muitas funções, incluindo o cultivo do fumo de estufa, cujas conseqüências de seu cultivo são sentidas por toda a família, pois suas práticas depauperam os trabalhadores simples cujo ciclo da cultura é realizado em pequena escala. Para os agricultores, entre os muitos motivos que justificam a escolha de uma atividade tão desgastante, estes finalizam com o argumento “como o trabalho que exige não é ‘pesado’, é possível utilizar intensivamente a mão-de-obra feminina e infantil disponível nos grupos domésticos”. Isso traz a tona ainda a falta de escolha da mulher rural, que ao ser desposada nesse meio, precisa obedecer às escolhas do marido, adequar sua vida ao trabalho na lavoura, cuidados domésticos e dos filhos.

A autora feminista Bardwick (1981) estuda a aceitação das ideologias feministas na sociedade e evidencia que o sexismo é um dos principais motivos pelos quais não se reconhece a mulher, pois “em sua forma mais óbvia, o sexismo refere-se a funções.

Sabemos que qualquer trabalho associado ao homem é considerado mais importante, na nossa e na maioria das outras sociedades”, p. 44. Ou seja, o trabalho realizado pelo homem, as atitudes masculinas, tudo que é tido como ‘de homem’ adquire maior importância que o que é definido como ‘de mulher’.

Costa (1994) evidencia que “antes de 1970, a pesquisa sobre mulher encontra-se numa espécie de limbo. Os raros estudos existentes se encaixam nas óticas tradicionais das disciplinas e não têm ressonância; destacam-se isolados na ousadia de abordar um tema menor”, p. 403. Foi somente após os movimentos feministas, que por acaso afloraram com a ditadura militar brasileira (PAULILO, 2004) que o olhar sobre o feminino passou a existir no país. Antes de se falar no acesso ao direito a terra, é preciso relembrar a trajetória da mulher na sociedade para garantir direitos elementares, como voto.

A longa maratona percorrida pelas mulheres em busca de igualdade como ser humano ganha força a partir de 1851 nos Estados Unidos, quando as mulheres engajaram-se na luta pelo fim da escravidão, e “lutaram pela aprovação de uma emenda constitucional que abolisse a escravidão e desse o direito de voto a todos, independentemente de sexo, raça, cor ou condição social”. Porém, somente após a Guerra Civil americana, que culminou a 19ª emenda da Constituição americana foi que as mulheres começaram a garantir seus direitos, como por exemplo, o direito ao voto e o fim da discriminação política com base no sexo, (PARDO, 2012).

Nesse contexto, outros países engajam-se na luta pelo voto feminino, como Nova Zelândia, Austrália, Finlândia. Na América Latina, o primeiro país que concedeu esse direito às mulheres foi o Equador, em 1929. No Brasil, somente alguns anos depois, é que as mulheres puderam exercer sua cidadania, com o “Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro. O decreto, em seu artigo 2º, disciplinava que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”, (PARDO, 2012).

Outros autores reforçam esta passagem histórica, lembrando que a luta por tratamento social semelhantes vem sendo longa e está longe de chegar ao fim. “A exclusão das mulheres de várias formas de direito vem de longa data. Mesmo para ter acesso ao voto, as mulheres tiveram que esperar mais de um século após a Revolução Francesa. (...) Quanto ao direito à terra por parte das mulheres, ele segue as restrições do direito à propriedade nos países onde não há um direito agrário separado do direito civil, como é o caso do Brasil” (PAULILO, 2004). Retomando o acesso à terra, onde o acesso

à terra não discrimina gênero, ainda assim as construções sociais não favorecem as mulheres, pois nas propriedades rurais não significa que as filhas herdem como os filhos. As mulheres normalmente acessam a terra através do casamento, como destacado:

Nas regiões de colonização italiana e alemã dos três estados do Sul do País, há um mesmo padrão a respeito da herança da terra. Embora esse padrão comporte variações, podemos dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que herdam a terra. O acesso das mulheres a esse bem se faz pelo casamento. Aparecem exceções quando não há descendência masculina, quando há uma filha casada que cuida dos pais na velhice, quando os pais possuem muita terra ou, ao contrário, quando a exploração agrícola não tem importância como meio de produção para os herdeiros. Lembremos que nem todos os filhos homens herdam terra quando a propriedade é pequena, porém para eles há mecanismos de compensação que tentam respeitar uma correspondência entre o que foi perdido e o que foi ganho. Os que estudam, sejam homens ou mulheres, não herdam terra porque 'já ganharam o estudo'. Também não a recebem quando saem da casa dos pais e vão trabalhar na cidade, enquanto um ou mais irmãos ficam. Quanto às mulheres, recebem um enxoval quando se casam composto de mais ou menos itens dependendo das posses dos pais. As que não se casam nada recebem. O destino das celibatárias – cuidar dos pais e, depois de sua morte, ficar 'encostada' na casa de uma irmã ou cunhada, ajudando nos afazeres domésticos – não é invejado por ninguém. (PAULILO, 2004, p. 234).

A realidade da mulher no campo fica mais clara quando vista dessa forma, e traz a realidade rural brasileira como injusta para o sexo feminino. A mulher não possui voz nem vez, ficando a mercê das decisões familiares, sejam elas paternas ou fraternas, ou ainda maritais, na condição de dependente financeira e social, pois a mulher não toma decisões no que diz respeito aos rumos da propriedade, mesmo que as terras sejam dela. Nem sequer o rumo do seu próprio dinheiro é tomado exclusivamente pela mulher, tanto no âmbito rural quanto no urbano, pois se sabe que essa situação permanece ainda hoje, de o "homem da casa" tomar as decisões acerca do investimento financeiro.

No meio rural, em especial no Rio Grande do Sul, "a mulher agricultora tem sua imagem desrespeitada, negligenciada, invisível e sem voz" (SCHAAF, 2002). Na década de 1980, as mulheres começaram a visualizar que não era necessário permanecer na terra somente ligada ao casamento, por exemplo, e já compreendiam que era preciso começar a reivindicar de forma mais efetiva seu acesso a terra, participando de sindicatos e formando organizações. "Levou 12 anos até alguns dos movimentos sociais rurais defenderem com sucesso os direitos da mulher a terra em âmbito nacional. (...) Como em outros países latino-americanos, uma vez organizados, as mulheres

começaram a reivindicar o direito a terra e, consistentemente, confrontaram o Estado nessa questão” (DEERE, 2004).

Os estudos acerca das delimitações de gênero são recentes, e “os primeiros estudos feministas nas Ciências Sociais receberam o nome de Sociologia e/ou antropologia ‘da mulher’”, (PAULILO, 2004). Mas a discussão acerca das diferenças entre as denominações ‘masculino’ e ‘feminino’, e a convergência dos termos ‘da mulher’ para ‘gênero’ foram amplamente discutidos e definidos por Joan Scott (1989) em seu trabalho sobre “Gender: a useful category of historical analyses” (Gênero: uma categoria útil para análise histórica), define toda a história de gênero e o que leva às atuais separações e preconceitos que envolvem a discriminação por aquilo que é denominado feminino, e suas negativas associações.

Por mais que a busca pelos direitos das mulheres avancem bem como o acesso a tantas oportunidades, maior participação em decisões e políticas públicas, as mulheres ainda se encontram distantes de um tratamento igualitário e respeitoso. “Os dados indicam que, apesar de alguns avanços, a pobreza e a invisibilidade continuam marcando a inserção econômica das cerca de 15 milhões de mulheres que vivem no campo brasileiro”, (CEPIA, 2011).

Organizações rurais femininas surgiram ao longo das décadas, demonstrando a capacidade feminina de opor-se às construções essencialmente masculinas e criar seu próprio movimento político e de mobilização. Porém nota-se uma ruptura entre os movimentos, alguns buscam somente mobilização política, enquanto outros se preocupam com questões mais essenciais a mulher. “Enquanto o MST e os sindicatos enfatizam as questões de classe, sendo as mulheres parte dessa classe, os movimentos autônomos se dedicam mais às questões de gênero, no sentido de dar prioridade ao que preocupa as mulheres no seu dia-a-dia”, Paulilo (2004), p. 239.

Schaaf (2003) estudou a busca de direitos sociais e igualdade de gênero no Rio Grande do Sul, onde trata de processos emancipatórios das mulheres. Estudando os movimentos sociais, elucida que alguns movimentos precisaram enfrentar a disputa com os movimentos masculinos, uma vez que os municípios, muitas vezes, não suportam dois sindicatos do mesmo tipo, e as mulheres tiveram de reivindicar sua colocação e se impor diante da sociedade. Pediram votos, organizaram-se e tomaram alguns sindicatos. Enfrentando forte oposição, mesmo que chegassem a diretoras, mas ainda mais como sócias, enfrentando inúmeras dificuldades para inserir os assuntos femininos em pauta. Somente a Constituição de 1988 reconheceu profissionalmente a mulher e concedeu os

direitos sociais e trabalhistas das agricultoras, oferecendo então oportunidade de espaço independente.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR-RS, foi fundado em 1988 quando grupos sociais rurais se uniram e “transformaram-se em um movimento estadual e autônomo de agricultoras e para agricultoras, com vistas à sua participação”, SCHAAF (2003). O movimento trouxe igualdade política e social na vida das agricultoras, trazendo emancipação e conscientização para as mesmas, pois são os movimentos de união das agricultoras e/ou mulheres rurais espaços importantes para reflexão e desenvolvimento como sujeitos políticos e transformadores sociais.

Paulilo (2004) evidencia também que embora exista uma chamada ‘agricultura familiar’, não existe o que se possa chamar de ‘trabalhador familiar’, e embora o homem não receba remuneração específica, ele possui poder sobre a renda da atividade, enquanto a mulher e os filhos comumente aparecem como “membros não remunerados da família”, p. 245, Paulilo (2004). Muitas vezes há o desejo de se impor e modificar alguns parâmetros, porém para evitar conflitos e desgastes emocionais e de relacionamento, as mulheres acabam por adequar-se ao comando dos companheiros.

Um exemplo da submissão à vontade do cônjuge pode ser vista no livro “A trabalhadora Rural”, de Fischer (2000), onde a autora entrevista trabalhadoras rurais do Nordeste e todas afirmam que jamais tomariam uma decisão como recorrer a laqueadura (ligamento de trompas) para evitar filhos sem a concordância do marido, pois essa atitude tomara sozinha resultaria em dissolução da união. O assunto filhos é abordado pela autora mais profundamente, mas nota-se sempre que a mulher no campo evita posicionar-se a esse respeito, deixando para o marido a maioria das decisões.

Essa realidade só é alterada quando a mulher passa a trabalhar com remuneração e sua renda contribui com as despesas da casa. Isso motiva as mulheres a questionarem algumas atitudes masculinas, e a convivência com outras mulheres gera experiência e desenvolvimento da consciência crítica, (FISCHER, 2000).

Porém a experiência e a postura feminina diante de sua nova condição geram conflitos, e a maioria deles dentro do lar. “A crise de autoridade masculina toma maiores proporções quando a mulher, em função da consciência mais crítica, tende a decidir sobre os valores e a orientação que deve passar para os filhos. Esse conflito torna-se maior quando os pais percebem que a prole tem reconhecimento pelo trabalho da mãe, pelo sacrifício que ela faz pra conseguir algo mais para a família”, p. 122,

Fischer (2000). A surpresa que toma o homem com costumes arraigados quando a mulher passar a decidir mais coisas sem sua contribuição muitas vezes afeta a família de forma drástica, pois muitos homens não toleram essa mudança feminina, o que gera em muitos casos, separação.

Porém, o fato de a mulher adquirir uma maior influência a partir de suas conquistas profissionais não representa mais poder apenas pra ela, mas para todas as que buscam inspiração para seguir buscando melhor colocação e garantia de seus direitos. Se o exemplo convence mais do que a palavra, quanto mais mulheres conquistarem espaço de atuação e melhores condições de exercerem sua personalidade, seja no âmbito profissional, seja no âmbito pessoal, mais e mais mulheres se sentirão aptas a engajarem-se nessa luta. A luta da mulher em busca de todos esses parâmetros igualitários precisa ganhar doses diárias de reforço.

Os estudos do CEPIA (2011) evidenciam que a mulher rural tem ganhado reforço quando se trata de políticas rurais, mas seus números ainda não ínfimos. Acesso ao Pronaf mulher demonstram que muitas obtêm financiamento porque há simpatia pela causa da mulher, mas ela, muitas vezes, empresta o dinheiro para o marido quitar dívidas, por exemplo. A assistência técnica e socioambiental começa a existir direcionada para a mulher, mas estatísticas ainda apontam para a situação onde a mulher é ‘empurrada’ a cuidar de serviços domésticos, fabricações agroindustriais, como doces e geléias e demais atividades que a afastam efetivamente a mulher de questões como formação em questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola. “Há pouco apoio e incentivo à auto-organização de grupos produtivos de mulheres, como condição para o seu fortalecimento na superação das desigualdades entre os sexos”, p. 206, Weitzman, no prelo, apud CEPIA, 2011.

1.1. A CORAGEM FEMININA ALÉM DO SILÊNCIO

Discutir sobre a realidade da mulher no campo não é tarefa fácil, pois aliado ao preconceito sobre uma presença tida como frágil em um meio tão bruto, soma-se a escassez de dados que vem a tornar a tarefa um tanto quanto trabalhosa. Mas quais características femininas tornaram a mulher rural resignada em sua realidade? Diante de tal estudo, é fundamental destacar o que torna a mulher, principalmente a mulher

gaúcha, resiliente, ou seja, obstinada em perseguir o objetivo de destacar-se em um meio assumidamente machista e patriarcal como é o meio rural.

Os descendentes do sangue europeu que ocupam terras gaúchas possuem a herança do trabalho como valor de vida, pois numa terra tão rica onde tudo que engenhavam dava bons frutos e resultados, estimulou aqueles que não se intimidam diante do labor. “O vínculo com o Brasil se estabelece através do trabalho - forma de afirmar o pertencimento ao novo país ou à nova pátria”, Seyferth (2000).

Bublitz (2004) enfatiza que “o regime de trabalho familiar e livre, pela policultura e pela pequena propriedade” são as matrizes do desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. “Não raro, atribui-se ao trabalho dos imigrantes europeus a modernização da agricultura, a ampliação do comércio e a expansão da indústria no Estado. O crescimento populacional e a sua relevância para a demografia de determinadas áreas também demonstrariam, por meio de altos índices de longevidade e de escolaridade, a dimensão social daquele empreendimento”, Bublitz (2004).

Uma raça muito diversa, pode-se afirmar, em vista da gama de miscigenação de europeus em solo gaúcho, aliando costumes tradicionais, passados de geração em geração, bem como adaptação a nova realidade, garantiram um povo diferenciado. “Os paradigmas da história regional rio-grandense, na primeira metade do século XX, caracterizam-se por argumentos de lusitanidade, negando influências platinas, ignorando a participação da mulher e silenciando sobre a contribuição cultural do negro”, p. 85, Flores (1995). O autor ainda destaca a base açoriana da raça, com fortes interpenetrações luso-espanholas conseqüentes do Tratado de Madri, de 1750, além da mestiçagem com índias. Essa junção étnica forjou um povo muito livre, e uma “moral cambiante”, p. 87, Flores (1995).

Ao mencionar as mulheres gaúchas, em especial a mulher ligada fortemente ao campo torna-se praticamente impossível e não citar um dos mais tradicionais autores gaúchos, Érico Veríssimo, que em sua narrativa épica “O tempo e o vento”, narra a saga da família Terra Cambará, e cria personagens femininas marcantes. Ana Terra, Bibiana Terra, Luiza Silva, Valéria Terra, entre outras, são exemplos de mulheres que silenciosamente, cumpriram seus papéis como mãe, filha, tia, avó, etc. Vários estudiosos da obra afirmam que a perspectiva dominante é feminina durante a maior parte da obra. Zilberman (2004) no prefácio da última edição, afirma ainda o romance mostra sob o prisma feminino a instalação de uma sociedade machista por mulheres que vêem seus filhos e maridos partirem pra uma luta que os consumirá; mulheres estas que

se dobram aos desígnios dos mais fortes e que resistem e garantem a subsistência e o futuro de seus descendentes.

A narrativa de Érico Veríssimo mostra mulheres resignadas com sua sorte, mas que mesmo assim não esmorecem e não desistem da vida, não desistem de modificar aquilo que lhes cabe, embora precisem se conformar o inevitável. Muitas vezes são elas as perdedoras das guerras que a província trava, pois perdem filhos e maridos, e mesmo assim continuam a lutar por uma vida digna. Essa resiliência talvez seja inerente às mulheres gaúchas como um todo, mas principalmente àquelas que vivem no campo.

Por ser um romance ficcional, talvez gere dúvidas acerca de sua proximidade com a realidade. Mas desde sua publicação, em 1949, o autor encontrou a identificação imediata com a história de formação do povo gaúcho, e os relatos históricos evidenciam que a narrativa de Érico Veríssimo é coerente com a evolução histórica. O livro se passa ao longo de tantas mudanças e conflitos sociais como o Tratado de Madri, a Guerra da Cisplatina, a Independência do Brasil, a Revolução Farroupilha, a Guerra do Paraguai, a Abolição da Escravatura, a proclamação da República e a Revolução Federalista de 1893, (CHAVES, 2013).

A veracidade da obra de Veríssimo encontra reflexo na verdade quando se conhece um pouco mais a realidade no campo, quando se convive com as mulheres que silenciosamente dão seqüência a vida mesmo diante das perdas, principalmente de seu protagonismo. Ao invés de buscarem algo que as satisfaça, que as coloque novamente sob o prisma vencedor, senhora de si mesmas, elas conformam-se com os papéis que lhe são impostos. A mulher não é ensinada a reconhecer a si mesma como protagonista, e quando o faz normalmente se sente culpada, pois não foi educada para liderar ou conduzir energeticamente. A mulher estranha a si mesma nesse papel, pondo a perder esta posição quando a conquista.

Com todos esses fatos, fica evidente que a inserção da mulher na sociedade como trabalhadora ou líder é lenta e quase sempre dolorosa, tendo em vista que é necessário impor sua presença, na maioria dos casos, e quase sempre a mulher é obrigada a abdicar da vida pessoal em busca de um ideal. Muitas mulheres pagaram um preço alto por sua luta por salários e direitos equiparados aos homens. Normalmente as mulheres que se destacaram em posições de poder ou liderança, o fizeram adaptando-se ao ambiente e aos moldes de comportamento masculino, jamais por desafiarem os valores e mostrarem a si mesmas.

A autora Marilyn Loden (1988) em “Liderança feminina” estuda a trajetória da mulher e sua maneira de colocar-se nas organizações e traz à tona os principais problemas enfrentados pelas mesmas, que as impedem de exercer seu papel coerente como gestora.

Loden (1988) traz que a mudança da economia no mundo trouxe paradigmas intensos a serem solucionados. A concorrência internacional de baixo valor, agregada a mudança de comportamento radical por parte dos colaboradores mostrou que as empresas necessitavam de uma mudança administrativa coerente com os novos tempos, sob o risco de perder seus valiosos trabalhadores. “As características deste novo tipo de líder, e as habilidades necessárias para executar a tarefa, são substancialmente diferentes do protótipo autoritário tradicional”, p. 56. Serão necessários valores como sensibilidade, percepção, capacidade de lidar com as pessoas (ouvir e compreender), administração de sentimentos, empatia, intimidade e autenticidade, qualidades essencialmente femininas que demonstram eficiência interpessoal, o que garantiria uma transição amena em tempos de crise, caso os valores tão inerentes às mulheres fossem alocados como recursos.

O estilo tradicional de administração, onde prevalece a condução masculina, cederá seu lugar a uma combinação da administração masculina e feminina, onde encorajar o papel da mulher pode garantir uma importante contribuição nessa transição rumo ao futuro. Jamais se excluirá um tipo ou outro de liderança, mas sim, o mundo tenderá a buscar a complementaridade entre elas. “É um desafio que, para ser solucionado, requererá visão, coragem, humildade e, finalmente, as habilidades tanto dos executivos tradicionais quanto das líderes femininas”, enfatiza Loden (p. 58). A liderança do futuro irá pertencer àqueles que souberem dosar o tanto de melhor que há na inteligência masculina e na inteligência feminina.

Uma das explicações para o não protagonismo da mulher reside no reforço de sua colocação como inferior desde pequenas, em seu âmbito familiar e íntimo. “Qualquer psicologia feminina – para além das frustrações sociais, do homem, da família – tem a própria raiz na tipologia aprendida pela simbiose diádica com a mãe”, p. 42, MENGHETTI (2013). Para a criança, a primeira referência é a mãe, ou quem atua esse papel de prover a criança quando esta ainda não é capaz por si mesma. Esse papel é muito significativo, pois conforme essa adulta referência vê o mundo, transfere isso para a criança. Se a mãe a ama ou a odeia, depende de como ela vê o próprio papel na

existência. Se o ser mulher lhe é um fardo ou lhe é gratificante, esse é o modo que vai inserir no íntimo da criança, lhe moldando a forma de encarar a vida e seu papel nela.

Nossa sociedade é familiar, traz o valor da família como um primado, e a mulher é ensinada que se não for dessa forma, é perdedora. Mesmo que a mulher conquiste o mundo, se não constituir família, se não tiver filhos, sente-se inferior àquelas que possuem essas situações, mesmo que em outros âmbitos estas sejam falidas. “Ser mãe, contrair núpcias, fazer filhos é positivo, mas é secundário; não é prioritário, não é absoluto. O absoluto é ser alma, se rumar história no mundo para atuar a possibilidade de fazer criação”, p. 43, MENEGHETTI (2013).

O sucesso foi colocado como inatingível para a mulher, como algo cindido. A mulher foi ensinada que ela mesma é cindida, não se reconhece como inteira, não se estuda, não se conhece, e, portanto não se individua. Diz-se que a mulher possui a intuição, mas ela não trabalha racionalmente as pulsões que traz. Segundo Meneghetti (2008), “Intuição: do Latim *intusactionis* = o dentro ou íntimo da ação”, p.148. A intuição é uma parte intrínseca a todo o ser humano, porém a mulher traz em si uma melhor relação com as emoções, lidando de forma mais simples com a intuição do que os homens, que muitas vezes confundem que admitir intuição os enfraquece, por ser ‘coisa de mulher’.

Para colher a intuição é necessária estreita relação com o Em Si, pois a intuição é projetada pelo Em Si para que o homem colha a realidade em antecipação e formalize sua ação de acordo com sua própria natureza. Conforme Meneghetti (2008), “Em Si Ôntico: é o núcleo com o projeto específico que identifica e distingue o homem como pessoa e como raça, em âmbito biológico, psicológico e intelectual”, p. 88. Muitos chamam esse princípio de alma, sopro divino, mas a Ontopsicologia acredita ser esse o princípio formal inteligente que direciona a ação da pessoa para o melhor que ela pode realizar para si mesma.

E é justamente esse ajuste coerente com o próprio projeto que a mulher não faz. O homem, historicamente, faz escolhas tidas por egoístas muitas vezes, mas congruentes com aquilo que desejam, sem deixar de lado o que são para obter o que almejam. Porém a mulher tem os filhos, a família, jamais se coloca em primeiro lugar, prefere abandonar seu protagonismo. Esse alinhamento de rota que falta à mulher, em especial à mulher rural. Se a mulher não aprendeu a se colocar ainda totalmente no meio urbano, no meio rural ela padece ainda mais com a invisibilidade. “Não se deve desvalorizar os grandes percursos da vida em nome da massa. Um grande faz a família,

supera-a sem destruí-la e depois faz outras coisas, ele sabe perfeitamente que não lhe basta, quer mais, exatamente como a vida apela”, p. 193, MENEGHETTI (2013).

Não existe nada que a mulher não possa realizar tanto profissionalmente quanto em relação a sua própria vida. Basta que ela acione essa chama vital dentro de si mesma, reconheça a si como capaz, como vencedora e busque seus princípios e valores sempre, em primeiro lugar. “A mulher deve ter um espírito de independência empresarial desde jovem. Deve responsabilizar-se em como conquistar sua independência econômica e seu sucesso profissional, porque o sucesso profissional é a autonomia de sua liberdade, das suas opiniões, da sua personalidade. A mulher não pode pretender a sua liberdade através do amor de um homem. A liberdade se conquista por conta própria; deve ser um título uma riqueza, um trabalho que seja exclusivamente de si mesma”, (MENEGHETTI, 2013, p. 268). A mulher pode ter a família, a maternidade, mas isso não deve ser um fim, mas um meio, uma passagem na qual a mulher vive e aprende, mas não se limita, não se encerra nesses papéis, indo adiante na estrada da vida.

A mulher no meio rural, de modo geral, não possui o protagonismo. De todos os meios, talvez seja o mais difícil de mostrar-se, de destacar sua gestão, por ser um meio muito machista e patriarcal. Mas os meios pelos quais a mulher interage com o meio rural podem lhe garantir uma posição favorável. Para as mulheres que lidam diretamente com a terra, sua interação deve ser a mais honesta possível, pois “saber cultivar a terra significa gerir de modo prático a própria interioridade. Enquanto se dá este contato total e interativo com a terra, torna-se um manipulador inteligente da própria originalidade humana”, (MENEGHETTI, 2011, p. 289). A interação com a terra, quando feita com entrega profunda, contato direto, de forma a aproveitar tudo que a terra oferece, dando-lhe aquilo que ela pede para gerar mais vida, garante o próprio crescimento.

Ainda para as mulheres que não trabalham diretamente com a terra, mas são gestoras rurais, de alguma forma estão ligadas a terra, ainda é possível salvaguardar a si mesmas através desse trabalho. “Se a zona de trabalho, o local onde deriva seu dinheiro e estima, é bem alimentada, a mulher salva acima de tudo a si mesma. Caso, por exemplo, tenha uma fazenda, não é importante porque tem a terra, mas porque sabe administrá-la bem e sabe trabalhar o sucesso”, (MENEGHETTI, 2013, p. 283). Independente de onde se trabalhe, a mulher deve saber colher o momento, o todo, e

salvar a si mesma, o seu trabalho que lhe garante a capacidade de ser a si mesma, de expressar sua personalidade e sua inteligência para o mundo.

3 Metodologia

3.1 DELINEAMENTOS DE PESQUISA

Esta pesquisa é de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Utiliza como procedimento técnico o estudo de caso e seu escopo a classifica como uma pesquisa exploratória. (SILVA e MENEZES.2005.).

Segundo Triviños (1987), quando se analisa profundamente uma unidade, tem-se um estudo de caso. “No estudo de caso qualitativo, onde nem as hipóteses nem os esquemas da inquirição estão aprioristicamente estabelecidos, a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda o assunto”, (p. 134).

A coleta das informações necessárias ao estudo de caso foi realizada mediante uma entrevista (Apêndice 1), que foi elaborada pela pesquisadora versando os temas de interesse ao presente estudo de caso. Segundo Hair Jr. (2005), as entrevistas estruturadas compõem-se de uma seqüência de perguntas predeterminadas e, de acordo com Kidder (2001p. 20) “a entrevista é mais apropriada do que o questionário por revelar informações que são tanto complexas como emocionalmente carregadas por favorecer o aparecimento de sentimentos subjacentes a uma opinião expressa”, A entrevista foi registrada em meio digital e transcrita, com posterior análise.

3.2. DESCRIÇÃO DO CASO

Este estudo de caso é referente à trajetória de uma mulher, pecuarista, com 47 anos, casada, e mãe de uma filha. É a segunda entre duas irmãs. Formou-se em Direito pela UNISINOS, em São Leopoldo, no ano de 1985. É gestora de propriedade rural na cidade de Itaqui (RS), atividade que desenvolve há mais de 27 anos, quando assumiu a propriedade que era gerida pelo pai, na ocasião do falecimento do mesmo.

A escolha desta mulher deve-se ao seu exemplo de coragem e perseverança, quando transformou um momento de dor em oportunidade de crescimento, e vem provando a todos que duvidavam dela a sua grande capacidade como gestora.

3.3. PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Esta pesquisa envolve seres humanos e, por isso, observa os critérios éticos estabelecidos pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Desta forma será utilizado o modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) proposto pela Antonio Meneghetti Faculdade.

4. Resultados e Discussão

4.1 GESTÃO RURAL FEMININA – UM OLHAR APROXIMADO

4.1.1 TRAJETÓRIA PESSOAL E RELAÇÃO COM O CAMPO

Nascida em Alegrete (RS) a entrevistada sempre manteve estreita relação com o campo, pois sempre visitava a propriedade rural do avô paterno, que ficava a 40 km da cidade onde habitava:

“Meu pai trabalhava para ele (o avô). Lá era nossa casa durante as férias. Nossa vida era muito boa, bem cedinho meu pai trazia para minha mãe, minha irmã e para mim, um copo de leite com canela e açúcar tirado direto da vaca, vinha morninho e nós nos deliciávamos muito com aquele carinho”, conta com nostalgia a entrevistada, desde muito cedo demonstrando o apreço pelas coisas do campo. A rotina da fazenda foi incorporada muito cedo aos hábitos pessoais, pois mesmo estudando na cidade, a convivência estreita com o campo moldou alguns gostos particulares da vida no campo, que a entrevistada trouxe consigo:

“Desde cedo meu pai nos levava para o campo, naquela época para mim era um passeio, mas ele ia nos dizendo as raças do gado, a pelagem dos cavalos, nos ensinando as diferenças de um e de outro. De um jeito ou de outro, mesmo sem participar ativamente dos serviços da fazenda estávamos presentes e acompanhávamos o que estava sendo feito, mais tarde muita coisa começaria a ser entendida e identificaríamos sua importância”.

A inspiração paterna despertou na entrevistada uma capacidade de rapidamente identificar-se com o campo, que posteriormente, quando foi preciso posicionar-se diante

dos fatos, ela não estranhou a rotina que lhe foi imposta, pelo contrário, as vivências da infância se mostraram válido aprendizado na realização da profissão.

A entrevistada frisa o quanto a família estava sempre unida, faziam as refeições juntos, e aproveitavam as facilidades e a simplicidade que a vida no campo proporciona. Ela ainda recorda que mesmo em meio a uma rotina muitas vezes exaustiva, o pai jamais deixou de estar com elas:

“À tarde, no verão, íamos tomar banho de sanga, com toalha e sabonete, brincar com os lambaris com espumas de sabão, meu pai jogava a tarrafa na água para pescar um pouco, foi lá que aprendi a nadar. Assim como meu pai trabalhava, nunca deixava de se preocupar com a nossa diversão. Minha mãe ficava com os afazeres domésticos. À noite após o jantar sentávamos na frente da casa e ficávamos conversando até à hora de dormir. No verão, também, quando estava muito quente dormíamos fora de casa na rede pendurada nos pés de cinamomo ao lado da casa, meu pai, minha irmã e eu, era uma delícia acordar com o clarear do dia e o som dos passarinhos. Nossa casa tinha água aquecida com aquecedor à lenha, o banheiro ficava bem quentinho. Era tudo muito simples, mas não faltava nada, foi uma infância muito boa, guardo ótimas recordações.”

Aos XX anos de idade, a foi morar em Porto Alegre (RS) com a irmã, que já residia na cidade, porém interna do colégio Americano. Com a ida da entrevistada, a irmã passou a morar com elas. Nas férias e feriados, o contato com o campo era mantido vivo, em visitas a fazenda. O pai da entrevistada atuou como gerente do próprio pai (no caso, do avô da entrevistada). Na infância, a entrevistada recorda da convivência direta com os colaboradores, como o capataz, a esposa deste que era cozinheira, os três filhos do casal, convivendo e brincando juntos. Refletindo sobre os rumos de sua vida, ela revela:

“Nascida e criada sempre em contato com o campo acredito que este gosto se enraíza na vida da pessoa, sempre soube que o campo fazia parte da minha vida, mas não pensava, quando jovem, que um dia iria assumir, não tão cedo. A gente quando jovem acha que os pais são eternos, e nós fomos criadas muito protegidas”.

Sobre a influência da família em seus gostos e costumes, a entrevistada remonta as origens do gosto pelo rural desde os seus pais, que estudaram longe e ainda assim retornaram para trabalhar no campo, e passaram esse respeito e amor à vida no campo para as filhas:

“Meus pais amavam muito a vida no campo e nos passaram isto. Minha mãe foi criada na fazenda, estudou até os treze anos de idade na fazenda, com professores que meu avô trazia da cidade para morar lá fora e ensinar minha mãe, quando conseguia alguém. Ela era a caçula da família e bastante mimosa dos pais. Aos treze anos de idade ela foi para Porto Alegre, pois queria estudar de verdade num colégio, foi então estudar no Bom Conselho, as alunas ficavam internas no colégio, os irmãos dela todos já estudavam lá, daí com muita resistência meu avô concordou. Ela então completou o primeiro grau, na época, uma mulher com este grau de estudo estava pronta para casar. Meu pai se formou em Agronomia no Rio de Janeiro, seus irmãos se formaram um em Veterinária e o outro em Economia, nas férias eles vinham para Itaqui trabalhar na fazenda com o pai deles. Eles sabiam o sacrifício que seus pais estavam fazendo para mantê-los estudando fora. Naquela época tudo era muito difícil, a comunicação era só por cartas e demoravam a chegar, mas eles venceram as dificuldades e se formaram. Voltaram para casa, se casaram, fizeram família sempre trabalhando com os pais. Então acho que aprendi a gostar com eles da vida no campo, e a dar valor a tudo o que eles passaram para deixar tudo isto para mim, sinto muita gratidão e me sinto responsável e desafiada com esta missão”.

A entrevistada enfatiza o quanto a morte prematura do pai a surpreendeu, mudando sua vida para trazê-la de volta, diretamente para assumir os negócios da família. Ela estudava direito na UNISINOS, em São Leopoldo, e na metade do curso, com 20 anos de idade, em meados do ano de 1985, o pai com então 62 anos, faleceu, vindo a desencadear os acontecimentos que resultaram na gestão das propriedades rurais por parte da entrevistada:

“Foi muito difícil para nós, éramos muito ligados. Não foi fácil, três mulheres tomarmos conta de tudo. A sorte foram os anos de vida e experiência da nossa mãe, que sempre foi nosso esteio de força e sabedoria, que nunca nos deixou esmorecer, uma mulher guerreira com muita perseverança nas suas condutas e foi assim que unidas ficamos fortes para enfrentar todos os obstáculos que nos foram apresentados, e não foram poucos.”

Esse fato, a morte do pai, resultou em uma nova etapa na vida da entrevistada, que estudava durante alguns dias da semana em Porto Alegre, enquanto a mãe trabalhava nas fazendas, e vinha de ônibus e juntas empreendiam a gestão das fazendas. Juntas, a entrevistada, a mãe e a irmã iniciaram a aprender como tudo funcionava, o que era preciso fazer, manejo, pagamentos, papéis, talões, contagens, etc.

“Passava três dias em POA, fazia cinco cadeiras, de manhã e à noite e no terceiro dia retornava de ônibus à noite para Itaqui ou Alegrete conforme o serviço mandasse. Me formei em definitivo em 1989 e voltei em definitivo para Itaqui.”

A entrevistada conta que no início foi muito difícil organizar a papelada, elas passaram alguns dias separando os papéis e organizando tudo que o pai havia deixado. Montaram então um escritório próprio, com secretária para assessoramento, para poderem se dedicar à fazenda, que era o maior trabalho. Começaram então a interar-se de todo manejo com o gado, manejo sanitário, vacinas, contagem, etc. O inventário mostrou-se rápido e as três se ajudavam muito, e contaram com a ajuda de muitas pessoas que ensinaram a ajudaram a entender um pouco mais a cada dia das novas responsabilidades.

Apesar de difícil, o início da trajetória exigiu uma decisão profunda para a entrevistada, que poderia ter se omitido frente às novas responsabilidades, porém, enfrentou as adversidades e seguiu com confiança a nova trajetória:

“O que determinou o início da minha trajetória como gestora, primeiramente foi o falecimento do meu pai, depois a decisão que tomamos, com o apoio da nossa mãe, de conduzirmos nosso negócio assim como nosso pai havia organizado, com vontade de aprender a fazer tudo da melhor forma.”

1.1. CARACTERÍSTICAS DE GESTÃO E LIDERANÇA

Sobre as características que definem a gestão da entrevistada, pode-se observar, além da imensa vontade de fazer e progredir, uma intensa alegria, um grande brilho no olhar ao narrar sua trajetória, e seu trabalho no campo. Quando se questiona sobre suas características, a entrevistada não hesita em destacar:

“Gosto do trabalho em equipe e estou sempre procurando escutar, aprender muito, falar com as pessoas que possuem conhecimento no assunto, assistir palestras, fazer cursos ir à campo para ver como os outros trabalham, trocar experiências, ideias, e a partir daí, analisar e tomar as decisões, estar sempre aberta a mudanças, prestar atenção durante todo o momento, apurar o feeling, tudo muda muito rápido e temos que nos manter flexíveis à estas mudanças, caso sejam necessária, não demorar muito tempo para tomada de decisões, sempre procurando manter o foco.”

Notam-se, na entrevistada, todas as características que são elencadas como fundamentais a um grande líder. Intuição, conexão com sua própria verdade e com todo o conhecimento adquirido e preservado em si mesma, reforçado pelo trabalho e pelas escolhas otimizadas que a conduzem em sua própria realização. Amar o próprio projeto e dedicar-se a ele torna a narrativa da entrevistada muito gostosa de ser aprendida.

Sobre os colaboradores, a equipe em sintonia garante que o estilo de vida e a personalidade da entrevistada possam ser mantidos, em uma rotina de trabalho regrado e ao mesmo tempo flexível:

“Possuo uma boa equipe de trabalho que me dá suporte, assim consigo conciliar meu tempo entre trabalho, lazer, atividade física, sempre com mobilidade, tanto de um lado como para outro de acordo com a necessidade. No momento em que se consegue estabelecer uma boa organização da atividade, se consegue agregar outras ocupações. Planejamento e organização são muito importantes.”

Quando questionada sobre algumas características que a definem, novamente podem-se elencar características de exemplar liderança:

“Sou uma pessoa perseverante, organizada, trabalhadora, amiga e verdadeira. Acredito que a organização seja uma característica muito importante, bem como saber tomar decisões. Eu amo minha vida, o que faço, vivo feliz porque me sinto útil, gosto de saber que faço falta dentro do meu contexto de vida, de trabalho e isto me faz sentir realizada.”

Sobre a sucessão de sua gestão, a entrevistada deposita grande expectativa em sua filha que cursa Medicina Veterinária:

“Pretendo continuar no campo, minha filha está fazendo Veterinária e também foi criada no campo como eu, espero que possamos trocar muitas ideias juntas, assim como fiz com minha mãe e se possível quero dar a ela todo o apoio que também recebi.”

Quando questionada a respeito dos desafios que as mulheres enfrentam para manter-se em uma posição de liderança, a entrevistada enfatiza a resistência da maioria dos homens em ser liderados por mulheres, e como esse fato gera revolta, evidenciando o quanto as mulheres podem ser desrespeitadas no campo:

“Um dos principais desafios para a mulher gestora no campo é a aceitação de serem comandados por mulheres, como a maioria dos campeiros são homens, eles tem certa resistência de serem comandados por uma mulher, hoje em dia já está bem melhor, mas quando começamos enfrentamos este grande desafio, pois muitos pediram

demissão quando viram que seriam comandados por nós, só mulheres. Mas nós não desanimamos, continuamos com muita retidão de conduta, com vontade de vencer, perseverança e aos poucos aqueles que tinham saído foram voltando e muitos estão até hoje trabalhando conosco. Outro desafio é que temos que provar nossa eficiência todo tempo, não temos direito de falhar, pois estamos sendo sempre julgadas. Mas com postura, organização, perseverança, retidão de conduta, planejamento, eficiência, não temos o que temer.”

A entrevistada demonstra uma grande força interior, pois em um momento de dor, em que as pessoas normalmente não querem pensar em mais nada, a dor deu lugar a decisão e a perseverança, que juntamente com a coragem transformaram uma viúva e suas filhas em protagonistas de uma bela gestão. Muitos funcionários duvidavam que elas conseguissem tocar o negócio, e a entrevistada demonstra ao longo de sua trajetória o quanto a vontade de vencer aliada ao trabalho gera resultados surpreendentes.

5 Considerações Finais

A garra, a vontade, a capacidade de recomeçar mesmo diante de acontecimentos inesperados e dolorosos marcam a reflexão que a vivência da entrevistada traz a este artigo. O estudo de caso apresentado enriquece profundamente o referencial consultado quando a realidade de uma trajetória rural vencedora encontra eco na luta de outras tantas mulheres que trabalham no campo e não se deixam esmorecer diante dos desafios que precisam enfrentar. Especificamente na trajetória desta gestora rural, que durante o percurso deste trabalho contribui docemente com minhas buscas e tornou-se uma amiga e um exemplo, vejo o tanto de capacidade vencedora que reside nas mulheres que escolhem o campo, e retiram dele a força para trabalhar e ser feliz.

Considero o estudo de caso um enriquecimento não apenas ao trabalho escrito, mas ao meu próprio desempenho profissional e minha própria trajetória de vida, onde desafios surgem a todo o momento, e é preciso olhar além dos problemas, buscar dentro de si as certezas e as verdades aprendidas, os valores que ao longo da vida são reforçados para que se lidere o próprio sucesso.

A iniciativa ao desbravar este tema e, conseqüentemente, escrever este trabalho girava em torno de descobrir como as atuais gestoras rurais chegaram a lugares de destaque, e o que se poderia aprender com elas e implementar instantaneamente,

auxiliando mulheres que atuam no campo a tornarem-se gestoras de destaque. Inicialmente, o projeto incluía muitas entrevistas, em diferentes locais do Rio Grande do Sul. Amadurecendo a idéia enquanto escrevia a fundamentação teórica, descobri que a realidade do campo gaúcho assemelha-se a realidade de outras localidades do meu próprio país, no centro sul e no nordeste, e também a realidade do campo argentino e uruguaio, vizinhos de fronteira, por exemplo.

Enquanto estudava a realidade do campo gaúcho, enfrentei a constatação de que a realidade rural não era tão distante da realidade urbana, com o agravante que as situações enfrentadas no meio rural não aparecem tanto quanto as urbanas, em parte pelo fácil acesso aos meios sociais e a rápida difusão destes na cidade, em parte porque a educação no campo é diferente, colocando as mulheres posicionadas, desde pequenas, ainda, atrás dos homens. Sendo as duas realidades semelhantes, concluo que ambas possuem muitos estigmas a ser enfrentados e modificados. E essa desmistificação precisa ser realizada pelas mulheres, o quanto antes.

Muito mais do que esconder-se atrás de livros ou teorias, as mulheres precisam conscientizar-se de sua força e garantir que sua voz seja ouvida e sua postura seja respeitada, e isso só é adquirido através de um trabalho árduo. Independente da área de atuação, comercialização, assistência técnica, produção, financiamentos ou essencialmente gestão rural, as mulheres ligadas ao campo não podem deixar para depois seu posicionamento frente às decisões que estão colocando nosso país como um expoente celeiro de alimentação mundial. O Brasil vai atuar agora, e as mulheres precisam estar nessa ação. Não é uma revolução de costumes, é uma evolução de costumes que se faz necessária.

Quando os discursos feministas iniciam, a maioria das pessoas deixa de prestar atenção, pensando se tratar de mais uma revolta de costumes de mulheres politizadas. Mas o que a maioria das pessoas, e principalmente os homens, não fazem é colocar-se no lugar das mulheres. Ao longo da história, mesmo que as mulheres tenham sido tão fundamentais quanto os homens seu papel não foi reconhecido. As violências contra a mulher são infinitas, e a maioria aprendeu a ignorar e se acostumar para seguir adiante. Os livros nas escolas não contam a história feita por grandes mulheres, mas apenas por grandes homens, reis, cientistas, filósofos, e ninguém questiona, apenas aceita e segue estudando. Ninguém se pergunta se o mundo foi construído sem mulheres.

Mas logicamente, não foi. O mundo foi construído por inúmeras mulheres, que trabalharam e trabalham tanto ou mais que os homens, muitas vezes em jornadas duplas

ou triplas, trabalhando fora e ainda cuidando da casa, dos filhos, dos idosos, etc. No meio rural, as mulheres parecem a muitos ainda mais invisíveis, já que o trabalho no campo é normalmente tido como pesado e difícil. Porém, o trabalho no campo realizado pelos homens só é possível pelas mulheres que os acompanham dos bastidores, ou ainda pelas mulheres que, ignorando o estereótipo de ‘trabalho duro’, encaram a lida no campo tal quais os homens, sem se deixar abalar por preconceitos ou dificuldade.

Os dados do CEPIA (2011) apontam para sutis melhorias para as mulheres rurais, porém, o que fica mais evidente ainda é o abismo que diferencia a zona urbana do rural, além de significativas diferenças sociais, regionais e étnico-raciais, para tornar a situação um pouco mais complexa. Aliado a todas as diferenças, existe a dificuldade em levantar totalmente os dados rurais, que fica ainda mais difícil quando se trata de levantamento de dados femininos, onde nem os sindicatos rurais municipais possuem a completude desses números, gerando a continuidade de um contexto de ausência de direitos para uma significativa parcela das mulheres rurais, ainda nos dias atuais.

Ademais, estudos e levantamentos apontam que é preciso, sim, políticas governamentais que imponham direitos de igualdade para as mulheres, pois embora essas políticas encontrem muitos gargalos em sua implementação, só assim se garante o espaço feminino frente a tantos preconceitos e dificuldades no acesso a direitos elementares. “Para que as políticas cheguem, de fato, a seu público potencial (no caso, o conjunto de mulheres ‘do campo e da floresta’), é necessário um conjunto de novas ações, que passam pela sua divulgação (em grande parte feita pelos próprios movimentos, mas também por campanhas, capacitações, formações), pela adequação da legislação existente, (incluindo mudanças em portarias, formulários, procedimentos administrativos) e pela superação da própria postura sexista de gestores e técnicos (incluindo funcionários dos bancos), tendo em vista superar os vícios patriarcais que persistem nas culturas institucionais”, p. 224, CEPIA (2011).

Humanamente, a emancipação de homens e mulheres passará pela apropriação de suas capacidades de agir publicamente e do exercício dos seus direitos, valorizando suas contribuições para a sociedade, superando valores e preconceitos ainda existentes e contribuindo para a melhoria da cidadania. Em suma, será preciso que todos se dispam de pré conceitos e recomecem do zero a escrita da história, colocando homens e mulheres lado a lado, frente a frente, valorizando o que é melhor em cada um, respeitando o que é bom em ambos, e lidando de forma respeitosa com aquilo que é

divergente para um ou outro. Mas principalmente, garantindo que independente de gênero, raça, cor ou idade, todos são capazes de escrever a história.

Psicologicamente, alguns estereótipos e arquétipos coletivos contribuem para prender a mulher em contextos negativos para seu desenvolvimento pleno. Os arquétipos analisados por Jung sugerem que alguns símbolos e mitos são universais, pois mesmo que as culturas não tivessem o menor contato, suas ‘memórias coletivas’ assemelham-se em alguns pontos. Jung chamou de ‘inconsciente coletivo’ os símbolos que são reconhecidos de forma atemporal, e rapidamente identificados. Jung ainda analisa que “essas memórias herdadas surgem na psique sob a linguagem de símbolos, os quais Jung chamou de ‘arquétipos’”, Hermeto & Martins (2012), p. 105.

Jung ainda sugere que a formação da personalidade possui, necessariamente, partes femininas e partes masculinas, e que ao enfatizar somente uma delas a pessoa pode estar dando as costas a metade do potencial. O desenvolvimento cognitivo só se completa quando a pessoa abraça as duas partes, masculina e feminina, e faz com que ambas convivam harmoniosamente em sua personalidade, SCHUTZ & SCHUTZ (2011). O que determina a falência da mulher em tantos contextos é que ela não é educada para reconhecer tais aspectos, muito menos orquestrá-los de forma a conviver e extrair o melhor de ambos.

Se todos os seres trazem em si partículas femininas e masculinas, negar uma dessas partes pode vir a ser um desequilíbrio, tanto psicologicamente, como socialmente, uma vez que agimos para os outros conforme aquilo que trazemos dentro de nós mesmos. Educar as mulheres para que se coloquem como responsáveis, como protagonistas, é um desafio não somente para educadores ou pais, mas para todos os seres que participam da sociedade. Incluindo mulheres adultas precisam dessa nova visão e de re-educação quanto a própria postura, se quiserem continuar evoluindo.

A mulher só pode ser reconhecida e respeitada por pessoas que igualmente são respeitadas e tratadas humanamente. Não se pode esperar algo superior de quem desconhece valores superiores. É preciso que todos se re-eduquem para aceitar a igualdade humana acima de convenções e separações sexistas. Em qualquer campo de atividade são necessários tanto homens quanto mulheres e quanto antes esses seres aliarem suas inteligências em prol da evolução, tanto antes desabarão as barreiras que impedem o avanço da humanidade. No campo, um meio em que se convive estreitamente ligado a natureza, não importa se o ser que interage é homem ou mulher.

A natureza se expressa através daquele que melhor a lê e melhor lhe serve, em prol da realização e crescimento, independente se este é homem ou mulher.

A vantagem feminina é a estreita relação com a geração da vida, e mesmo aquelas mulheres que escolhem não serem mães de filhos, ainda assim não abdicam de serem mães de seus projetos, e o meio rural é um vasto campo para projetos de vida, de natureza, de grandeza e realização. O que posso dizer que aprendi com a realização deste estudo é que perdemos tempo demais nos preocupando com estereótipos e limitações de gênero. É preciso ação, e ação concreta, em direção a realização. O campo é lugar de mulher, sim, e de grandes mulheres, que, determinadas, seguem suas trajetórias rurais vencedoras.

Referências

Livro:

BARDWICK, Judith Marcia. **Mulher, sociedade e transição**: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram nossas vidas. São Paulo: DIFEL, 1981. 225 p.

BODGAN, R. & BIKLEN, S. **Investigação quantitativa em educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porte Editora, 1994.

FISCHER, Izaura Rufino. **A trabalhadora rural**: conscientização política e social na empresa agrícola. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 2000, 190 p. (Estudos e Pesquisas; n. 103).

FLORES, Moacyr. **Integração**: artes, letras e história / org. Elvo Clemente. – Porto Alegre: EDI-PUCRS, 1995. 120 p. – (Coleção Conesul; 2)

HAIR JR., Joseph F. **Fundamentos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

KIDDER, Louise H. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**: medidas de pesquisa social. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 2001.

LODEN, M. **Liderança Feminina**. São Bernardo do Campo, SP: Bandeirante, 1988.

MENEGHETTI, Antonio. **Dicionário de Ontopsicologia**. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2008.

MENGHETTI, Antonio. **Projeto Homem**. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2011.

MENGHETTI, Antonio. **Feminilidade: Poder, Sexo e Graça**. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2013.

OLIVEIRA, J.C.Q. **Eternos heróis gaúchos**. 2 ed. Passo Fundo: Passografic, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação (positivismo, fenomenologia, marxismo)**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZILBERMAN, Regina. In: O tempo e o vento, parte I: **O continente** / Érico Veríssimo. – 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Capítulo de livro:

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de família e de domicílio no Brasil: séculos XIX e XX. In: MOURA, E.B.B.; AMARAL, V.L.(Orgs.). **História Econômica: reflexões e construção do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2006.

Organizador (es), Editor(es) ou compilador(es) como autor(es):

CARNEIRO, Sueli. (apud CARREIRA, Denise). **Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21**. São Paulo: Cortez; Rede Mulher de Educação, 2001. 232 p.

ILHA NETO, Francisco Severo. Os problemas sociais na agricultura brasileira – um modelo classificatório preliminar. **Polígrafo da Disciplina de Sociologia Rural**. Santa Maria; DEAER/CCR/UFSM, 2001.

KOROVAEFF, Constantino Kouzmin. **Um breve relato sobre mitologia**. São Paulo: Editora Escala Ltda, 2012.

Artigo de periódico:

COSTA, A. O. **Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba**. Revista Estudos Feministas. Ano Dois. 2º semestre 1994.

DEERE, Carmem Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004, p. 175-204.

PARDO, Roselha Gondim dos Santos. **Guerra dos sexos: a mulher venceu?** - Notas sobre a participação política da mulher no Brasil. Revista EJE n.6, ano 2. Out./nov. 2012.

PAULILO, Maria Ignez S. **O peso do trabalho leve.** Departamento de Ciências Sociais – UFSC. Revista Ciência Hoje - n° 28/1987.

PAULILO, Maria Ignez S. **Trabalho Familiar:** Uma categoria esquecida de análise. Departamento de Ciências Sociais – UFSC. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004

SCHAAF, Alie Van Der. **Jeito de mulher rural:** a busca de direitos sociais e de igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n° 10, jul/dez 2003, p. 412-442.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses.** Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press.1989.

Artigo em periódico on-line/internet:

BUBLITZ, Juliana. A eco-história da colonização italiana do Rio Grande do Sul. **Métis: história & cultura**, América do Norte, 3, out. 2011. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1165/803>. Acesso em: 18 Abr. 2013.

CHAVES, F.L. **O Continente**, de Érico Veríssimo. UFRGS. Disponível em: <http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/livros/analises_completas/o/o_continente>. Acessado em: 11/03/2013.

MOURA, Regina. **Iconografias do feminino:** Mitos, arte e outras representações. História, imagem e narrativas. N° 10, abril/2010 – EDIÇÃO ESPECIAL - ISSN 1808-9895. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br>>. Acessado em: 20/12/2012.

MOURÃO, Patricia. **Organizações Produtivas de Mulheres Rurais.** Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/390/Artigo%20-%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20produtiva%20de%20mulheres%20rurais%20-%20Patr%C3%ADcia%20Mour%C3%A3o%20-%20NEAD.pdf>>. Acessado em: 02 de nov. 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <www.onu.org.br>. Acesso em: 29/04/2013.

SEYFERTH, Giralda. **As identidades dos imigrantes e o meltingpot nacional.** Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 6, n. 14, Nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 18/04/2013.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**.4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. <http://www.tecnologiaprojetos.com.br/banco_objetos/%7B7AF9C03E-C286-470C-9C07-EA067CECB16D%7D_Metodologia%20da%20Pesquisa%20e%20da%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20UFSC%202005.pdf> Acesso em 28/05/2013.

SOMAVIA, Juan. Mensagem de Juan Somavia, Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/mulheres-representam-ate-70-da-forca-de-trabalho-rural-em-economias-agricolas-afirma-oit/>>. Acessado em: 02 de nov. de 2012.